

O que se esconde atrás do Muro?

Gilberto Sarfati¹

O objetivo deste artigo é essencialmente responder a seguinte pergunta: por que Israel decidiu construir uma cerca de segurança em volta dos territórios palestinos? Para responder a questão devemos identificar, em primeiro lugar, a história dos territórios ocupados para, em seguida, discutir as motivações políticas e de segurança do atual governo do primeiro-ministro Sharon

Uma breve história dos territórios ocupados

O mapa abaixo mostra o território israelense que se configurou após a Guerra da Independência até a Guerra de 1967, também conhecida como a Guerra dos Seis Dias. Neste período (1949-67), estrategicamente, dois pontos eram especialmente sensíveis para os Israelenses: ao norte, as Colinas de Golan; parte do território sírio que – por sua localização privilegiada de planalto – constantemente atacava as colônias judaicas localizadas no Galil; e ao centro, Jerusalém; que estava dividida entre ocidental – sob o controle israelense – e oriental – sob o controle da Jordânia, incluindo aí a Cidade Velha.

Fonte: <http://www.eifo.com.br/aramap2.html>

Politicamente, às vésperas da Guerra de 1967, ao sul, Israel enfrentava o nacionalismo árabe, representado por Nasser que já havia sido derrotado na Campanha do Sinai, em 1956; ao norte, a Síria também era governada pelo nacionalista, Hafez al-Assad, que tinha uma forte aliança estratégica com o Egito, além de controlar política e militarmente o Líbano; finalmente a maior extensão territorial de fronteira de Israel era junto à Jordânia, liderada pelo Rei, Hashemita Hussein.

O período que precedeu a Guerra de 1967 foi caracterizado pela crescente escalada da tensão na região, marcada por discursos nacionalistas anti-sionistas, especialmente no Egito e Síria e por vários episódios de pequenos ataques vindos especialmente do território sírio. A Jordânia do Rei Hussein não estava especialmente disposta a entrar em conflito com Israel, considerando a sua grande desvantagem do ponto de vista militar, entretanto o rei temia pela própria estabilidade do seu regime, caso não se juntasse ao Egito e à Síria; especialmente considerando que mais de 90% da população era palestina, largamente formada por refugiados de 1948 e naquele momento, o país era base da operação da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) liderada por Yasser Arafat.

Na manhã de 5 de Junho de 1967, munido de informações dos órgãos de inteligência que indicavam a eminência de um ataque da coalizão árabe, Israel decide lançar um ataque antecipado para se proteger da ação militar do inimigo. Desta forma a Força Aérea Israelense foi capaz de, em três horas, praticamente destruir todos os aviões

¹ Mestre em relações internacionais pela Universidade Hebraica de Israel e doutorando em Ciência Política pela USP. É docente no curso de relações internacionais / Belas Artes; e Faculdades Rio Branco.

do Egito, Síria, Jordânia e até do Iraque (que estava posicionado em território sírio para apoio à ação da coalizão).

Estas primeiras horas de combate foram determinantes para a continuação da guerra e para uma acachapante vitória do exército israelense, pois em apenas seis dias conquistou as Colinas de Golan sírias, Jerusalém oriental e toda Cisjordânia da Jordânia, além de toda a região do Sinai, incluindo a Faixa de Gaza, do Egito.

As fronteiras de 1949 são conhecidas internacionalmente como a linha verde, como o território legalmente reconhecido pela comunidade internacional, e portanto, os territórios pós-1967, para além da linha verde, não são legalmente reconhecidos como israelense. O mapa abaixo mostra o resultado da guerra:

Fonte: <http://www.eifo.com.br/aramap2.html>

Posteriormente as Colinas de Golan foram anexadas ao território israelense e o Sinai devolvido aos Egípcios, no acordo de paz de Camp David, entretanto, a faixa de gaza permaneceu como território ocupado israelense, não porque Israel não quisesse devolver aos egípcios, mas por que estes afirmam que a região deve ser parte de um futuro Estado palestino; mas na verdade os egípcios não queriam o território, pois o mesmo tem a maior densidade populacional do mundo, formada por uma população palestina consideravelmente miserável.

Por outro lado, Jerusalém Oriental foi unificada com a parte ocidental, enquanto a Cisjordânia permaneceu como território ocupado como moeda de barganha em uma negociação de paz com a Jordânia; e como zona de segurança em relação a não só possíveis ataques da Jordânia, mas como forma de prevenir as ações de grupos terroristas como a OLP. Aos poucos, durante as décadas de 1970 e 1980, os sucessivos governos israelenses – de esquerda e direita (o Likud chega a primeira vez ao poder em 1977) – promovem a construção de colônias ou assentamentos, na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, com intuito de garantir o efetivo controle da região.

No entanto, as colônias efetivamente começaram a se multiplicar sob o governo Likud; só em 1977 foram criadas 15 contra 23 criadas no período 1967 a 1976. Hoje já são mais de 140 colônias para além da linha verde. Para os governos de direita, colonizar a Cisjordânia não tinha apenas uma conotação de segurança como para os esquerdistas; tratava-se de povoar a Israel bíblica, ou seja, uma parte dos israelenses tende a considerar a Cisjordânia como parte integrante do território israelense, porque esta porção de território faz parte do mapa de Israel, quando os judeus controlavam a região há mais de dois mil anos atrás e, portanto, cada vez mais essas colônias passaram a ser formadas por religiosos judeus, que muitas vezes migram dos Estados Unidos ou França para ocuparem algo que estes consideram parte da “terra prometida dada por Deus”.

Deve-se frisar que no período pós-1967 – a exceção das Colinas do Golan e Jerusalém Oriental – passou a prevalecer o Direito de Ocupação conforme regulamentado pela Convenção de Genebra, portanto os palestinos passaram a conviver com a constante presença militar, com a invasão de colônias, com o alastramento da miséria e enfim, com o significado de não ser um cidadão o que implica na ausência do passaporte, do direito

de ir e vir, do direito ao voto e outros direitos considerados básicos em qualquer sociedade ocidental.

Finalmente, em meados de 1987, os filhos da ocupação passam a se revoltar e de forma espontânea, começam a combater os soldados israelenses diariamente com apenas pedras nas mãos. A chamada Intifada foi um movimento popular, mas a liderança da OLP soube capitanear o momento e em meados da década de 1990 renuncia ao terror, reconhece o Estado de Israel e negocia a paz com os israelenses, processo este que resultou nos acordos de Oslo, de 1993, e na criação da Autoridade Palestina sob o comando de Arafat.

Os acordos de Oslo deveriam ser acordos intermediários até que fosse negociado um acordo definitivo de paz, a fins de resolver questões delicadas como a completa desocupação da Cisjordânia e Gaza, o status de Jerusalém, o status dos refugiados de 1948, entre outros tópicos.

Ao mesmo tempo, em meados da década de 1990, os oponentes – de parte a parte – ao progresso do processo de paz apareciam de forma bastante acentuada. Do lado palestino eclodia definitivamente o grupo terrorista Hammas, opondo-se a qualquer negociação com a “entidade sionista” e defendendo uma palestina livre dos sionistas. Sua estratégia de ação é a promoção de atentados terroristas contra alvos civis e militares israelenses de forma a desestabilizar o processo de paz, ou seja, à medida que eclodem atentados terroristas dentro da sociedade israelense, começa a se suscitar a questão da validade dos acordos de paz e do real compromisso de Arafat em combater o terrorismo.

Do lado israelense, a ultra-direita se “alimentava” do terror palestino, esbravejando contra a inutilidade dos acordos de Oslo e acusando Izaac Rabin de “traidor”. Por fim a retórica se transformou no assassinato do primeiro-ministro, Rabin, por um militante religioso de ultra-direita, Igal Amir, que se opunha ao processo de paz; em última instância seu objetivo era impedir os progressos do mesmo, assim como os militantes do Hamas, e de forma bizarra, os radicais de parte a parte se congratulam com o significado da morte de Rabin, pois após sua morte o direitista, Netanyahu, assume o poder acelerando a escalada da violência. O mesmo será sucedido pelo trabalhista, Barak, que sob os auspícios de Bill Clinton, busca negociar com Arafat um acordo definitivo em meio a mais uma nova onda de ataques terroristas.

Finalmente Sharon faz uma visita de “rotina” ao Monte do Templo, em Jerusalém, lugar considerado o mais sagrado pelos judeus, pois lá estava localizado o Grande Templo, enquanto lá hoje localiza-se o complexo da Mesquita de Omar e a Doma da Pedra, onde a alma do profeta Maomé teria ascendido ao céu, portanto o local é considerado um dos três mais sagrados ao islamismo juntamente com Meca e Medina na Arábia Saudita.

A visita de Sharon foi considerada pelo mundo árabe uma ofensa gravíssima, especialmente considerando o histórico de Sharon que participou ativamente na Guerra do Líbano, tendo inclusive acobertado o massacre de árabes muçulmanos por árabes católicos nos campos de Sabra e Shatila. O resultado foi a eclosão da segunda Intifada, que continua em curso e já tem mais de quatro anos. Posteriormente, em meio a violência dos ataques terroristas, Barak foi derrubado e Sharon eleito primeiro-ministro, em 2001.

A Construção do muro

Você provavelmente mora em uma casa ou em um prédio cercado por um muro e por mais algum tipo de sistema de segurança. Há cerca de 15 ou 20 anos atrás era difícil encontrar prédios ou mesmo casas cercadas por muros e com diversos sistema de proteção; o que aconteceu de lá para cá? Por que afinal você mora dentro de muros? Qualquer criança paulistana sabe que moramos atrás de muros e sistemas de segurança para nos protegermos da crescente violência da cidade de São Paulo, enfim na tentativa de evitar que sejamos roubados. Diante do problema de segurança, em São Paulo, e a crescente privatização dos mecanismos de segurança, na cidade, há algumas perguntas implícitas que devemos tentar responder: a construção de um muro em torno de sua casa é legal? Por que o Estado não impede que a violência cresça?

Em primeiro lugar, ninguém questiona a legalidade e a legitimidade de você cercar aquilo que é reconhecido como propriedade sua, e então, você tem todo o direito de tentar se proteger diante de ameaças externas. Em segundo lugar, provavelmente o Estado não acaba com a violência em São Paulo porque suas causas são estruturais (como por exemplo a extrema pobreza na periferia da cidade) e portanto, a solução está fora do seu alcance e assim, só lhe resta a alternativa de tentar reprimir a violência.

Utilizo-me desta história que você certamente conhece para que possamos discutir a criação do muro nos territórios palestinos. A idéia da construção do muro é uma idéia antiga que já esteve em discussão, em Israel, mesmo no âmbito de governos de esquerda, mas que por diversas vezes foi descartada dado o problema de alto custo, o questionamento sobre a efetividade do sistema de segurança e finalmente, porque havia um processo de paz em curso e, portanto, a medida poderia atrapalhar as negociações.

A sociedade, nos últimos anos, vem discutindo a construção do muro pela mesma razão que você pensa em cada dia como aumentar a sua segurança diante da violência do mundo aí fora, ou seja, o muro vem a contribuir para um aumento da “sensação” de segurança. Digo sensação porque de certo modo você sabe que o muro de sua casa e todo o sistema de segurança, montado em volta dela, não é capaz de definitivamente impedir que ocorra um roubo e, portanto, o sistema de segurança apresenta um aumento mais da “segurança psicológica” do que da “segurança real”. Desta forma, a construção de um muro nos territórios palestinos, do ponto de vista do cidadão de conhecimento médio, significa mais que nada a sensação de estar mais seguro; sensação esta que não necessariamente corresponde à segurança real, pois é pouco provável que os atentados parem mesmo com o muro concluído.

A decisão política da construção do muro vem, portanto, em meio a segunda Intifada, ou seja, uma onda crescente de atentados terroristas dentro do território israelense, acoplada a quase-morte do processo de paz; portanto, o clima político interno israelense tornou propício a construção do sistema de segurança de modo que a maior parte da população, mesmo os tradicionais militantes da esquerda tendem a apoiar a sua construção, simplesmente porque sentem a mesma necessidade psicológica de segurança que você sente.

Do ponto de vista da legalidade, ou seja, do Direito Internacional, o muro não deveria ser um problema desde que fosse construído sobre a linha verde, ou seja, dentro das fronteiras reconhecidas legal e internacionalmente, entretanto, várias partes do muro, projetadas ou já construídas, encontram-se depois da linha verde. Vejamos o mapa abaixo do muro:

Fonte: <http://www.mideastweb.org/thefence.htm>

Como pode-se perceber, o muro literalmente “encapsula” várias regiões palestinas; mapas mais detalhados inclusive mostram vários encapsulamentos aonde colônias israelenses são colocadas também dentro de muros (como se fora um Alphaville rodeado de favelas). Por conseqüência, o muro vem causando sérios distúrbios no dia a dia da vida de milhares de palestinos que têm de passar por vários “portões” (check-points) para conseguir chegar ao trabalho, ir à escola, ter acesso à saúde, etc.

A legalidade do muro está sendo discutida dentro da Corte Internacional de Justiça; no caso “as conseqüências legais da construção do muro nos territórios ocupados da palestina” (acompanhe o julgamento pelo site <http://www.icj-cij.org/icjwww/idocket/imwp/imwpframe.htm>). Provavelmente a Corte deve chegar à conclusão da ilegalidade da construção do muro (1), justamente porque parte significativa dele está sendo construída para além da linha verde.

No entanto, qual a conseqüência prática deste julgamento? Provavelmente nenhuma, pois no sentido Realista mais puro, Israel é uma potência militar inquestionável, guiada por interesses próprios de defesa de sua segurança, e portanto, com ou sem apoio da comunidade internacional, Israel continuará a construir o muro.

Mas será tal muro capaz de impedir a escalada do terrorismo? Isto é improvável, pois o terrorismo se alimenta da miséria e do sentimento de marginalização que os palestinos sentem, e assim, os grupos terroristas devem encontrar outros meios para conseguir perpetrar seus ataques. Mas se o terrorismo continuará e o muro é ilegal então para que insistir na construção dele? Pela mesma razão que os condomínios em Alphaville, Morumbi ou Barra da Tijuca têm grandes cercas e sistemas sofisticados de segurança; porque isso aumenta a sensação de segurança de seus moradores, ao isolar os “ricos” dos “pobres”.

Finalmente, por que Israel, ou mais especificamente, a Autoridade Palestina não eliminam com o Hamas? Porque o Hamas não é simplesmente uma organização terrorista; ele é uma complexa rede social que provê serviços de creche, educação e saúde, apoiando a população aonde a Autoridade Palestina ou Israel não apóiam e, portanto, a força do grupo não é apenas o discurso ideológico, é sua força social.

É preciso lembrar que a maior parte da população palestina é absolutamente miserável e, portanto, as causas do terrorismo são forças estruturais que não podem ser combatidas sem que, de fato, haja um comprometimento internacional com o desenvolvimento socioeconômico da região.

Por outro lado, é verdade que a Autoridade Palestina fez e faz pouco para combater o Hamas, não só por medo da potencialidade de uma guerra civil, mas também,

a Autoridade Palestina fez muito pouco para contribuir com o desenvolvimento da população palestina, isto porque grande parte dos oficiais da AP são corruptos. Em 10 anos os casos são notáveis; a mulher de Arafat, que reside em Paris, está sendo investigada pelo recebimento ilegal de US\$ 10 milhões; o FMI investiga também o desvio de doações, feitas à AP, para contas privadas em bancos israelenses, totalizando US\$ 900 milhões, além de outras dezenas de casos envolvendo largas somas de doações vindas dos Estados Unidos e Europa (veja http://www.palestinefacts.org/pf_1991to_now_pa_corrupt.php e <http://www.eretzyisroel.org/~jkatz/corruption.html>).

O mais recente escândalo envolve a produtora de cimento, Al-Quds, de propriedade da família do Primeiro Ministro da Autoridade Palestina, Ahmed Qureia, que é considerada uma das maiores empresas do setor no Oriente Médio, e está sendo acusada por parlamentares palestinos de fornecer o cimento para a construção do referido muro (<http://www.telegraph.co.uk/news/main.jhtml?xml=/news/2004/02/12/wmid12.xml>).

Conclusão

Certamente o muro não é a solução para os problemas de segurança no Oriente Médio, pois ao mesmo tempo que ele aumenta a sensação de segurança, nos israelenses, causa mais ódio entre os palestinos, mas é e será mais uma realidade da região enquanto a solução definitiva não vem. A meu ver, a solução estaria no enriquecimento da população palestina, e não apenas de alguns elementos, mas isto parece também estar longe de ser possível, porque a liderança da AP se alimenta da miséria, em seus negócios corruptos, tanto quanto o Hamas se alimenta da pobreza de seu povo, provendo serviços sociais.